

**HISTÓRIA E DISCURSO: PERSPECTIVAS E CONTROVÉRSIAS**

doi: 10.4025/imagenseduc.v1i2.13299

**Mário Jorge da Motta Bastos\***\* Universidade Federal Fluminense – UFF/NIEP-PréK/ *Translatio Studii*. [velhomario@gmail.com](mailto:velhomario@gmail.com).

**RESUMO:** História e Discurso: perspectivas e controvérsias. Autor de discursos que se produzem, ainda hoje, essencialmente a partir de outros discursos, tal relação, tão íntima, não é isenta de tensões e controvérsias que, em última análise, põem em xeque a natureza do próprio ofício do historiador. Será a História apenas um nominalismo bem temperado, e seu objeto tão somente os ecos quase inaudíveis dos discursos de outrora? O objetivo deste artigo consiste em caracterizar algumas das perspectivas e questões específicas da relação do historiador com os discursos, considerando, em especial, aquela que se configura como uma sua primeira “profissão de fé”: não reduzir a história ao texto, negando a sua existência além do discurso. Situando-me no contexto da transição da Antiguidade à da Alta Idade Média Ocidental, e em meio ao fluxo de um processo histórico marcado pelo fenômeno da implantação e disseminação do cristianismo, abordarei as controvérsias historiográficas acerca da natureza das crenças e práticas denunciadas como pagãs e combatidas pelos homens da Igreja. Tratar-se-iam de tradições discursivas vigorosas, porém alheias a qualquer “materialidade”, como sustenta uma vertente historiográfica de feição pós-moderna? Ou de manifestações efetivas que constituem, ao contrário, a língua e os discursos como níveis privilegiados das manifestações das lutas de classes?

**Palavras-chave:** Teoria da História; Linguística; Análise do Discurso; Luta de Classes.

**ABSTRACT: HISTORY AND DISCOURSE: PERSPECTIVES AND CONTROVERSIES.**

History and Discourse: Perspectives and Controversies  
Author of discourses that are produced, even today, mainly from other speeches, such a relationship, so intimate, is not free of tensions and controversies that ultimately call into question the very nature of the historian's profession. Is History just a well-seasoned nominalism, and its object only the echoes of almost inaudible speeches of yore? The aim of this paper is to characterize some of the perspectives and specific issues in the relationship of the historian with discourses, considering, in particular, the one that is shaped like its first "profession of faith": don't reduce history to the text, denying its existence beyond discourse. Situating myself in the transition from Antiquity to the Western High Middle Ages, and in the flux of a historical process marked by the phenomenon of the establishment and spread of Christianity, I will discuss the historiographics controversies about the nature of the beliefs and practices denounced as pagans and fought by Church's authorities. Would these be vigorous discursive traditions, but alien to any "materiality", as claims a historiography's strand of post-modern feature? Or actual manifestations which constitute, instead, the language and discourse as privileged levels of the manifestations of class struggle?

**Keywords:** Theory of History; Linguistics; Discourse Analysis; Class Struggle.

Uma das mais marcantes características do campo da História nas últimas décadas consiste na sua fragmentação em inúmeras subespecialidades e múltiplas tendências. A

história, já tão seccionada em “dimensões da globalidade social”, viu-se ainda mais reduzida a “migalhas” pela pulverização dos “saberes historiográficos”. A hiper-

especialização e a extrema compartimentação da História levam, no extremo, a uma espécie de “massacre da serra elétrica” que esquarteja o seu próprio objeto de estudo em meio a uma miríade de especificações – *homo economicus, politicus, symbolicus* etc. – esgrimindo-se fronteiras que costumam ser, aliás, em sociedades pré-capitalistas, por exemplo, extremamente fluidas. É essencial, pois, ao pleno exercício do nosso ofício que, mesmo contra todas as tendências correntes, o historiador preserve a visão mais ampla possível das relações que constituem os seus objetos de análise, sob risco de enfermar e sucumbir em razão do empobrecimento extremo e da falta de sustância de sua dieta.

Os homens, na globalidade de suas expressões – aqui reside o verdadeiro objeto da História, segundo o luminoso adágio proferido um dia, em terríveis condições, por Marc Bloch. Às vésperas de ser fuzilado pelos nazistas nas campinas do sul da França, deixou registrado em rascunho de obra produzida sob a clandestinidade de sua luta na Resistência: “O historiador deve ser como o ogro da lenda. Onde farejar a carne humana é que encontrará a sua caça!” (BLOCH, 2002, p. 45) Mais do que apavorar os jovens postulantes à função, o que o grande historiador francês pretendia firmar era a perspectiva de que não há manifestação humana, pois mais aparentemente corriqueira e banal, que possa ser desprezada pelo historiador na sua busca por estabelecer a unidade da existência em qualquer sociedade e período dados. Encontrávamos então, em meados da década de 40, nos antípodas de uma prática historiográfica que, nos dias que correm, subverteu a máxima blochiana – e, o que é pior, requisitando a sua ascendência – diverte-se no laboratório seccionando o seu objeto em ínfimas e inarticuladas dimensões: o humano que chora não é o mesmo que ri, que sonha, que trabalha, que se alimenta com maior ou menor dificuldade, que sofre a exploração e manifesta a sua resistência.

Contudo, se essa vigorosa tendência de hiper-especialização que afeta o campo

científico gera um inevitável auto-encerramento das várias disciplinas – uma vida inteira de leituras mal basta para manter o especialista em dia com a produção em seu pequeno campo de atuação – nunca se valorizou tanto, paradoxalmente, a prática da interdisciplinaridade, de fato muito mais difícil de ser efetivada, realizada, do que referida como perspectiva de princípio. De qualquer forma, nenhuma das cisões e afastamentos decorrentes da pulverização do campo das Ciências Sociais me parece mais nefasto do que aquele ocorrido entre a História, a Linguística e a Literatura.

Essas três irmãs univitelinas seguem cada uma tratando dos seus assuntos pessoais, quase renegando a origem e o patrimônio comuns. Nos raros momentos em que se visitam, passam no salão do estar, cada uma falando de suas dores e de suas dificuldades. Seriam apenas inocentes idiosincrasias de velhas senhoras se enorme parte da herança materna não se encontrasse encerrada em cofre de três chaves, que cada uma tenta abrir em forma isolada, sem resultados (CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 123).

Como ressaltam os referidos autores, o aprendizado daquelas disciplinas dissociou-se completamente nos cursos de graduação.

A visão do conhecimento atomizado materializa-se na tentativa de se apropriar do objeto de estudo por meio de categorias isoladas, à margem da totalidade concreta que o circunscreve, quando, na verdade, o conhecimento pleno exige o reconhecimento da unidade do objeto e, portanto, sua necessária apreensão no contexto da totalidade que o constitui e o expressa. (CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 125).

Como bem destaca Karl Korsch, “segundo a concepção materialista da História [...], não pode haver nem ciências particulares independentes umas das outras

nem uma investigação puramente teórica [...]”. (KORSCH, 1977, p. 94).

A historiografia sofre, em um modo ainda mais profundo, o estranhamento assinalado, sobretudo porque fica à margem do imenso esforço metodológico empreendido pela Literatura e pela Linguística, principalmente nas últimas décadas, no que se refere à compreensão daquele que é seu principal meio para a aproximação e apreensão dos fenômenos do passado – o texto oral e escrito. Mas, para sermos justos, algumas tentativas vêm sendo feitas há algum tempo, *insights* limitados da percepção dos historiadores da natureza essencial da sua atividade.

Data de fins do século XIX essa tomada de consciência da enorme complexidade que caracteriza a matéria-prima de seu ofício.<sup>1</sup> Àquela altura, um manual dedicado aos métodos da história criticava a ingenuidade dos historiadores no trato com os discursos. Da leitura dos textos das famosas fontes primárias, os historiadores limitavam-se à colheita das informações diretas que estes textos lhes podiam proporcionar, alheios a um procedimento crucial, o de tentar recriar mentalmente as operações que teriam se processado no espírito dos seus autores, determinantes no processo de elaboração dos documentos (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 1). Naquela altura, o rigor metodológico e o profissionalismo dependiam da chamada crítica interna das fontes, cuja fase inicial, essencialmente hermenêutica, consistia na crítica de interpretação ou crítica positiva. A análise do conteúdo do documento, apoiada na crítica de interpretação, afixava ao historiador o grau de “certeza” acerca do enunciado do testemunho – “aquilo que o autor quis dizer” – seguida da avaliação do seu teor de sinceridade e exatidão (a crítica negativa).

Ainda que possamos, portanto, fazer retroceder há pelo menos um século a existência de uma preocupação

hermenêutica – de certo primária – a relação tradicional dos historiadores com os documentos manteve-se centrada, predominantemente, no nível dos conteúdos. Tais documentos configuram-se como suportes de informação acerca dos referentes do texto, isto é, relativos à sua mensagem ou ao universo mental dos seus autores. Supõe-se, ademais, que haja uma homologia plena e direta entre os conteúdos do discurso e a ideologia do seu autor.

Assim, ao usar-se, segundo esse enfoque, o discurso de um político burguês com o intuito de configurar os traços da ideologia burguesa em um dado contexto histórico-social se está postulando, de forma implícita ou explícita, que o sentido de um texto resulta imediatamente disponível de sua leitura ou, em outras palavras, que a sua dimensão discursiva – a forma como está intrinsecamente estruturado o texto em questão – não é pertinente à análise (CARDOSO, 1988, p. 63).

A orientação metodológica que guiava tais estudos viria a sofrer um considerável abalo decorrente do primeiro contato efetivo da história com a linguística, ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, em que pese a preservação inicial dos postulados tradicionais. Os historiadores (e também os sociológicos e psicólogos) visavam tão somente conferir um maior rigor aos seus procedimentos de análise para, enfim, ganharem em autoconfiança com a certeza da cientificidade de seus ofícios. A primeira realização, neste sentido, consistiu no emprego de técnicas sistemáticas de Análise de Conteúdo. Tratava-se de estabelecer as correlações entre os conteúdos de um texto, ou grupo de textos, e certas variáveis extralinguísticas (opiniões, atitudes, juízos), aplicando-se ao texto uma série de hipóteses integradas relativas a tais variáveis. Uma das vertentes dessa técnica – surgida em 1952, com a análise distribucional proposta por Z. Harris – consistiu nos trabalhos de Lexicologia e Lexicografia aplicadas elaborados, inicialmente, nos EUA e, em

<sup>1</sup> Sigo, para traçar um breve histórico desta relação, as perspectivas de Cardoso (1988, p. 61-92) e Cardoso; Vainfas (1997, p. 375-399).

seguida, na França (CARDOSO, 1997, p. 376). Fundamentavam-se, em ambos os casos, no estabelecimento de estatísticas rigorosas do emprego de palavras nos textos estudados, chegando-se à indexação dos mesmos por meio da distribuição de frequência. Predominava, contudo, no plano da interpretação, uma absoluta dissociação do “linguístico” em relação às hipóteses interpretativas, que eram de tipo “sociológico”.

Os avanços da computação contribuíram para a complexificação destes métodos de abordagem, cabendo, ainda uma vez, a primazia aos norte-americanos. Um discípulo de C. E. Osgood, I. de Sola Price, desenvolveu uma análise semântica dos conteúdos cuja principal técnica consistia em tomar a unidade lexical juntamente com seu contorno à direita e à esquerda, visando estudar as relações de distribuição com base nos índices de concordância, que indicam as ocorrências, oposições e incompatibilidades. Essa metodologia foi essencialmente aplicada à análise de enunciados apoiada em hipóteses – extralinguísticas – relativas às ideologias, com destaque para os estudos do *Centro de Lexicologia Política de Saint-Cloud* (PROVOST-CHAUVEAU, 1971, p. 10-11).

Começava a se esboçar, então, o que podemos configurar como o segundo encontro entre a História e a Linguística, esse especialmente vinculado ao auge estruturalista da década de 1960. Elevada à condição de paradigma “científico” de todas as Ciências Sociais, a Linguística, que havia se concentrado, até então, em análises restritas ao nível da frase, passou a se interessar pelas estruturas que organizam os grupos de frases em um discurso completo. Surgia a Linguística do Discurso (CARDOSO, 1988, p. 63). Um dos aspectos centrais deste novo encontro foi a crítica epistemológica a uma premissa simplista até então dominante, que concebia o reflexo, no pensamento-linguagem, da realidade que lhe é externa como uma mera reprodução passiva. Tomava-se, enfim, consciência do caráter interacionista das relações travadas pelos homens com a realidade natural e

social, uma interação que é produto do trabalho como atividade sócio-historicamente determinada. Portanto, sendo a língua um instrumento modelador da apreensão e compreensão do mundo pelos humanos, é inadequado considerar, por exemplo, que as classes sociais e as suas lutas históricas pertençam à esfera de uma “realidade social” prévia à sua determinação linguística. “A luta de classes é também luta ideológica travada no plano linguístico. Não se deve, pois, considerá-la, assim como a consciência de classe, como um fato preexistente que se reflete, aprioristicamente, na língua.” (PONZIO, 1974, p. 238).

O pressuposto essencial das metodologias de análise de textos correntes na pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao se debruçar sobre um documento, o historiador deve, portanto, atentar sempre para o modo pelo qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias. No caso, especialmente, de pesquisas dedicadas à história do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende, em muito, da forma do texto: do vocabulário, dos enunciados, dos tempos verbais etc.

As vantagens, para o historiador, da consideração da estrutura formal do texto não foram descobertas recentemente. Os fundadores dos *Annales*, em fins dos anos 20 do século passado, consideravam-na essencial para uma maior precisão na relação do historiador com a linguagem, bem como à satisfação do anseio primordial que tornaria célebre aquela escola, a ampliação das fronteiras e o alargamento dos horizontes da disciplina. Marc Bloch considerou, por exemplo, algumas das particularidades da relação do historiador com as línguas e os discursos. Dentre os aspectos considerados pelo autor ressaltam-se, em especial, aqueles relativos à

nomenclatura na História e à relação do discurso do historiador com os discursos que se referem ao seu objeto.

Os homens não esperam, para dar nome aos seus atos, às suas crenças e aos diversos aspectos da sua vida em sociedade, que se tornem objeto de uma investigação desinteressada. O seu vocabulário recebe-o a história, portanto, na maior parte dos casos, da própria matéria do seu estudo. Ela aceita-o, já usado e deformado por uma longa tradição (BLOCH, 2002, p. 137).

Os documentos escritos tendem, portanto, a nos impor, a par das suas nomenclaturas, as armadilhas que as mesmas carregam. As mudanças das realidades materiais e ideais estão longe de arrastar sempre consigo mudanças paralelas nos seus nomes. “Para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário de cada vez que mudam os costumes.” Algumas vezes são causas particulares à evolução da linguagem que levam ao desaparecimento da palavra, sem que tenha havido a menor alteração no objeto ou no ato, porque os fatos linguísticos têm o seu próprio coeficiente de resistência ou de ductilidade. Casos há em que o fenômeno é de ordem estritamente fonética, e conduz a erro tomá-lo por característica de civilização (BLOCH, 2002, p. 138).

Lucien Febvre também ressaltou o potencial da análise lexical em seu *O Problema da Descença no Século XVI*, publicado em 1942. Baseado em uma pesquisa exaustiva do vocabulário de François Rabelais, o autor configurou o que lhe parecia ser uma expressão da “mentalidade pré-lógica” característica do povo europeu do século XVI, indivíduos essencialmente religiosos e, por isso mesmo, “incapacitados a não crerem na existência divina”. Algum tempo depois, mais precisamente em 1953, o *annaliste* reafirmaria, nos *Combates pela História*, a sua convicção sobre a importância da lingüística como “aliada da história” (FEBVRE, 1977, p. 135).

Se, nas últimas décadas, as reflexões dos historiadores e a sua relação crítica com os discursos vivem uma longa fase de depressão, contexto no qual, aliás, os métodos de base linguística foram potencialmente abandonados em prol do contato com a Semiótica do Discurso e do emprego de metodologias como o quadrado semiótico, o grupo de Klein etc. – duas tendências essenciais devem ser ressaltadas neste nosso balanço crítico. A primeira delas diz respeito aos descaminhos trilhados na relação entre História e Linguística, o que deu origem a perspectivas inadequadas e, no entanto, hegemônicas no quadro atual da disciplina. Ainda em 1969, Dupront (1969, p. 15-16) viria a radicalizar as proposições de Lucien Febvre relativas à linguagem ao afirmar que o método de pesquisa dos historiadores deveria consistir numa “semântica histórica”, cabendo-lhes essencialmente promover uma perspectivação histórica dos discursos. Não tardaria muito para que outros levassem ao extremo a redução da história à linguagem. Assim, inspirados em Saussure, Foucault ou Hayden White, chega-se, nos dias correntes, à negação da capacidade explicativa da história, configurando-se a disciplina como um gênero narrativo ou fazendo-a prisioneira das insuperáveis estruturas discursivas (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378). O avanço insidioso de tal perspectiva no campo historiográfico guarda íntima relação com a crise de paradigmas que afeta, há algumas décadas, a História, consubstanciada no avanço do paradigma “pós-moderno” em detrimento daquele – dito “iluminista” ou “moderno” – que fundamentou duas das principais correntes analíticas do século XX (o marxismo e a já referida “escola dos *Annales*”). Consideremos, em seguida, algumas das orientações básicas vinculadas ao tal paradigma predominante, atualmente, nos círculos acadêmicos.

Seguindo as referências de J.F. Lyotard (1984), o pós-modernismo caracteriza-se pela “morte dos centros” e pela “incredulidade em relação às

metanarrativas". Tais premissas, quando aplicadas à história-disciplina, implicam na negação da existência da História – em benefício de uma multiplicidade de histórias produzidas “por” e “para” diversos grupos restritos de poder – bem como de qualquer teoria global do social que fundamente a interpretação. O conhecimento reduz-se a processos de semiose e interpretação (hermenêutica), alheios a qualquer possibilidade de avaliação crítica ou valorativa. Os modernos partidários de uma concepção hermenêutica dos estudos sociais retomam, sob nova roupagem, uma velha bandeira dos neokantianos de fins do século XIX e começo do século XX, a noção de que o comportamento humano e seus resultados são essencialmente diferentes dos fenômenos estudados pelas ciências naturais, o que impediria qualquer aproximação metodológica a estas últimas. As ciências sociais, alheias a qualquer cientificidade de fato, devem assumir um enfoque votado à compreensão, isto é, à interpretação, à hermenêutica ou à crítica cultural. Ademais, seria preciso reconhecer que o observador é parte integrante, com sua própria subjetividade, do seu objeto de estudo, “descoberta” que leva a uma postura de extremo ceticismo em relação à validade das formas de conhecimento até então correntes.

Neste ponto, as posições possíveis variam extremamente, indo da subjetividade do autor individual ou de um leitor implícito igualmente individual às posições de grupos de pessoas diversamente designados: “comunidade interpretativa”, “comunidade textual”, “sociedade discursiva”. Tratar-se-ia, de qualquer forma, de um processo hermenêutico de interpretação, tomado, no campo da história, de empréstimo a uma certa antropologia (Clifford Geertz) ou a alguma outra vertente de culturalismo relativista. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 18).

A conjugação destes elementos conduz, inevitavelmente, a um relativismo extremo e

radical. As interpretações acerca de um dado tema são necessariamente variadas e não há formas aceitáveis de escolher entre elas. São todas válidas se satisfizerem os critérios do autor e daqueles que com ele concordarem. Foram particularmente influentes entre os historiadores as reflexões relativas às formas sociais das representações, que viriam a ser tomadas como elementos constitutivos por excelência do pensamento histórico. A indagação primordial do historiador, a despeito de qualquer conteúdo específico, deveria concentrar-se nas formas que o saber histórico recebe de sua estrutura literária, de sua textualidade ideologicamente condicionada (as *epistemes*, para Foucault). Ora, a redefinição do labor historiográfico – orientado, a partir de então, pelas “formas de representação” e pelos “níveis de discursividade” – faria soar o dobre de finados a qualquer vã presunção que atribua objetividade, racionalidade e, por que não dizer, cientificidade ao conhecimento produzido pelos historiadores. Resta-nos apenas, conscientes e humildes, abandonar qualquer pretensão analítica, estrutural, de macroanálise e explicação (ilusões científicas) em benefício da hermenêutica, da micro-história, da concepção de uma história que se constitui como um gênero narrativo ou literário (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 17).

Tal perspectiva assume, como postulado evidente – mas que está longe de constituir uma verdade! – a ideia de que o “discurso” e a “realidade humana” (individual ou coletiva) são grandezas incomensuráveis e irreduzíveis: o primeiro falaria, por tal razão, sempre sobre si mesmo, a pretexto de falar sobre a segunda. David Carr, por exemplo, opôs-se à concepção, cara a Paul Ricoeur e Hayden White, da descontinuidade radical que se interpõe entre a narrativa e o mundo real físico ou humano. Segundo o autor, as narrativas seriam uma condição intrínseca e indispensável dos processos da própria vivência humana individual ou coletiva. “A função narrativa é prática antes de ser cognitiva ou estética, razão pela qual, longe de poder negar-se qualquer relação entre o

discurso narrativo e a realidade, a narrativa histórica mantém relações necessárias e estreitas com o seu objeto social real.” (CARR, 1986, p. 26).

Assim, se, como propõe Iohannes Kabatek, “um dos problemas fundamentais da lingüística histórica em geral – e dos estudos da língua medieval, em particular – reside na relação entre a evolução lingüística e a tradição textual”, (KABATEK, 2001, p. 97) à história impõe-se o da relação entre texto e contexto, entre o discurso e a sociedade em meio à qual se produz, à qual se refere mas que o ultrapassa. Autor de discursos que se produzem, ainda hoje, essencialmente a partir de outros discursos – à história se impõem as línguas, instrumentos cruciais do diálogo – tal relação, tão íntima, não é isenta de tensões e controvérsias que, em última análise, põem em xeque a natureza do próprio ofício do historiador. Será a história apenas um nominalismo bem temperado, e seu objeto tão somente os ecos quase inaudíveis dos discursos de outrora? O historiador pós-modernista F. R. Ankersmit, por exemplo, declara:

Suponhamos que perguntamos pela causa da [...] ‘Revolução Industrial’ ou da ‘Guerra Fria’. Devemos agora lembrar que esses termos não se referem a uma realidade histórica fora do texto, mas a elementos da narrativa. Isso significa que essas perguntas não são perguntas sobre a causa de um complexo estado de coisas no fim do século XVIII ou após a II Guerra Mundial, mas sobre a causa de uma idéia ou de um elemento da narrativa. (ANKERSMIT, 1990, p. 285).

A abertura do historiador à lingüística, à semiótica e à crítica literária – como de resto às demais ciências humanas, ao menos sob tal perspectiva acrítica e subserviente de interdisciplinaridade – concorre menos ao pleno cumprimento de seu ofício de fazer história do que à intenção de evadir-se dele!

Fixemos, pois, a nossa perspectiva de base: considerar o conteúdo histórico do

texto dependente de sua forma não implica, de modo algum, reduzir a história ao texto, como fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam a existência da história fora do discurso. Trata-se, antes, de relacionar texto e contexto, de buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378). Por outro lado, negar a redutibilidade da história ao texto não significa admitir que haja uma história independente do texto. A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de forma que apenas a partir da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar seu ofício. Como destaca Verón (1981, p. 192), no funcionamento de uma sociedade historicamente dada, o sentido não se encerra em uma instância particular, antes se encontra por toda parte, assim como a ideologia e o poder. Segundo o mesmo autor, as “condições de produção” de um discurso têm a ver com o “ideológico”, com os valores sociais da comunidade que o produz, ao passo que as “condições de seu reconhecimento” dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade.

Situando-me no contexto da transição da Antiguidade à Alta Idade Média Ocidental, e em meio ao fluxo de um processo histórico marcado pelo fenômeno da implantação e disseminação do cristianismo, abordarei, na sequência deste artigo, as controvérsias historiográficas relativas ao teor a ser atribuído às “sobrevivências pagãs” recorrentes nos textos de época, denunciadas e combatidas pelos homens da Igreja. Atas conciliares, hagiografias, sermões, legislação constituem apenas alguns exemplos de gêneros discursivos amplamente devotados à caracterização de crenças incompatíveis com o sistema cristão

em processo de afirmação no Ocidente. Assim, por exemplo, no que se refere à Península Ibérica do século IV d.C. ao VIII d.C., encontramos, nas atas conciliares, referências a um simbolismo pagão relacionado à fertilidade e à produção agrícola (VIVES, 1963).

Nos concílios de Braga de 572, presidido por São Martinho, as determinações fazem eco ao seu famoso sermão, o *De Correctione Rusticorum* (NASCIMENTO, 1997): condenação do recurso a adivinhos e sortilégos visando à purificação das habitações, da celebração das tradições e festejos pagãos (Calendas), observar o curso da lua e dos astros para determinar a melhor época para a construção da casa, a sementeira e a celebração do matrimônio, além do emprego de fórmulas supersticiosas pelas mulheres no trabalho doméstico. Segundo os cânones do III Concílio de Toledo (VIVES, 1963, p. 129-130), realizado em 589, a idolatria estaria arraigada por quase toda a Espanha. Este mesmo concílio refere-se aos cantos e às danças indecorosas nos dias dos santos. No mesmo ano, o sínodo provincial de Narbona (VIVES, 1963, p. 147) condena a celebração do quinto dia da semana, em honra a Júpiter. O mesmo sínodo, em seu cânone IV, proíbe o trabalho no domingo, sobretudo aquele relacionado às atividades agrícolas. Tais referências encontram-se no sermão de Martinho de Braga, como aquelas as quais me refiro a seguir.

Os Concílios IV e V de Toledo (VIVES, 1963, p. 195 e 228), realizados, respectivamente, em 633 e 636, informam, ainda uma vez, sobre as comemorações das Calendas e de sortilégios em geral. Por fim, os concílios XII e XVI de Toledo (VIVES, 1963, p. 398 e 498) voltariam a carga contra a idolatria, coibindo o culto aos deuses alheios, astros, árvores, fontes e pedras sagradas. A legislação visigótica também nos fornece referências esparsas a cultos condenados pelo vínculo estabelecido com o paganismo ou, na extensão, com a intervenção diabólica. O *Forum Iudicum*, promulgado em 654, incorpora leis

anteriores condenando os augúrios (McKENNA, 1938, p. 121). Não são poucas, também, as indicações correntes nas hagiografias, o que ademais configura os santos da Alta Idade Média como verdadeiros persecutores do maravilhoso pagão. Quanto ao *De Correctione Rusticorum*, já referido, de meados do século VI, tal sermão veicula ainda a condenação do culto ao mar, aos bosques, ao fogo doméstico, bem como das superstições relacionadas à saúde, à fertilidade, ao labor dos campos e ao trabalho doméstico.

Ative-me, neste breve inventário, ao contexto mais restrito de minhas pesquisas.<sup>2</sup> Extravasando, contudo, o quadro ibérico, ressalta-se o vigor desse discurso anti-pagão reproduzido em atas conciliares da Gália merovíngia, da Itália ostrogoda e da Inglaterra anglo-saxônica. Ademais, destaca-se a profunda identidade encontrada nas obras de Cesário de Arles, Martinho de Braga, Pirmino, Rabanus Maurus, Regino de Prüm e Burcardo de Worms (HEN, 1995, p. 168), ou seja, são efetivas as repetições das mesmas condenações, numa ampla variedade de fontes datadas do século VI ao século XI. Tratar-se-iam de tradições discursivas vigorosas, porém alheias a qualquer “materialidade”?

Parece ser esta a perspectiva que se reafirma com vigor nas análises mais recentes dedicadas ao tema, restabelecendo, de certo de forma mais sutil, a velha premissa da Idade da Fé, da Idade Média elitista plenamente identificada com a ortodoxia cristã. Assim, para autores como Harmening (1979, p. 49-73) as repetições e cópias, que aparecem nas fontes coetâneas e posteriores, são um sinal inequívoco de submissão à convenção literária, de forma que o paganismo constituía-se apenas em manifestação discursiva. Yitzhak Hen (1995), por seu turno, concebe, além da tradição discursiva, a intervenção em tais fontes de certa realidade existente no período de sua composição, restrita,

<sup>2</sup> Ver, para uma abordagem aprofundada do tema, minha tese de doutorado (BASTOS, 2003).

contudo, ao campo da subjetividade. “Esta realidade era mais mental do que prática refletindo, essencialmente, os temores e receios que preocupavam a mente dos autores”. (HEN, 1995, p. 171) Trata-se de adotar, em tais “análises”, implícita ou explicitamente, as premissas do famoso “método arqueológico” de Foucault, dedicado a evidenciar um conjunto de regras de formação e transformação – tipos de apresentação, construção, encadeamentos, figurações, imagens, etc. – que controlam, em cada época (ou episteme), os diversos domínios do discurso, de acordo com “práticas” (ideológicas, sobretudo) articuladas ao próprio discurso. Essa maneira de encarar a pesquisa permitiria tomar os enunciados como efeito de um modo de apresentação discursiva que regula a sistematicidade deles, ressaltando o que há de comum, a respeito, em diferentes tipos de discurso. Este *modus operandi* apresenta, porém, graves distorções, cuja caracterização conclui este artigo.

Ora, considerando-se os campos de manifestação dos vários cultos condenados, destaca-se a sua incidência no âmbito de atividades e necessidades várias, fundamentais e correntes na vida quotidiana e trabalho das comunidades camponesas, como a fertilidade dos campos, a garantia e preservação das colheitas, a proteção da casa e do trabalho doméstico, além daquelas que podem estar diretamente associadas à importância econômica crucial das atividades nas áreas incultas, como os cultos às árvores, rios, mar, fontes. Referem-se, pois, a um âmbito essencial da estruturação das sociedades humanas, aquele que se efetiva nas relações estabelecidas entre os homens e a natureza. Nenhuma ação material do homem sobre a natureza, nenhuma ação intencional, pode se desenvolver sem considerar, desde seu início, as realidades “ideais”, isto é, as representações, as concepções acerca da ordem do funcionamento da natureza. Na sociedade medieval, como em várias daquelas estudadas pelos antropólogos, a religião incidia, justamente, sobre este

tópico, isto é, consistia num vasto sistema de representações e de práticas simbólicas pelas quais os homens do período concederam um sentido e uma ordem ao mundo, ou seja, representaram, organizaram e legitimaram as relações estabelecidas entre si e com a natureza.

As reiteradas condenações às crenças visavam práticas contraditórias com a ortodoxia cristã, revelando, ademais, que a relativa autonomia preservada pelas comunidades camponesas sustentou uma base de contínua elaboração e reelaboração de uma cosmovisão irredutível, plenamente, aos preceitos ditados pelas elites eclesiásticas. Numa época em que os sacerdotes cristãos arrogavam-se, e impunham pela força, o exclusivo da mediação com os céus, erguiam-se fáceis, e ao alcance de todos, as pedras, as fontes e as árvores sagradas (BASTOS, 2003, p. 290-291).

Portanto, as práticas veiculadas pelos discursos não são, em si, predominantemente discursivas, não se limitam ou se reduzem ao plano da “discursividade”. Não se trata, inclusive, apenas de aludir ao aspecto prático dos discursos. É fundamental à sua plena compreensão a consideração da diversidade das práticas sociais, inserindo-as no campo de estudos a partir de alguma teoria relativa ao funcionamento e à mudança das sociedades humanas (McNALLY, 1999, p. 33-49). Ademais, as tais “regras que controlam o discurso” determinam, quando muito, as condições de possibilidade, e não as condições efetivas de produção dos textos. Assim, a emergência, numa sociedade, de um enunciado, de um costume, de uma experiência, num contexto dado – o fato de que isto ocorra – não depende apenas (nem principalmente) de tais “regras”, e sim, do jogo complexo das condições econômico-sociais, políticas e ideológicas diversas. Depende, essencialmente, do estado deste conjunto de fatores naquele momento específico, da intervenção dos indivíduos e, até mesmo, de certa dose de acaso. As “regras” são

elementos necessários, mas não suficientes, do mesmo modo em que as regras da gramática são um dos elementos necessários para que eu fale de forma inteligível, mas não determinam o conteúdo efetivo do que eu digo. (CARDOSO, 1988, p. 111) Enfim, as continuidades ou transformações dos enunciados e das práticas só dependem de regras formais em um nível puramente abstrato. Na realidade, a História não é uma articulação sistemática de sistemas de articulação, mas depende do jogo efetivo das forças e contradições presentes e atuantes em todos os níveis que compõem a globalidade social.

### Referências

ANKERSMIT, F. R. Reply to Professor Zagorin. **History and Theory**, vol. III, p. 280-288, 1990.

BASTOS, M. J. M. **Religião e Hegemonia Aristocrática na Península Ibérica (Séculos IV-VIII)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003 (edição eletrônica: <http://www.teses.usp.br>).

BLOCH, . **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 [1949].

CARBONI, F.; MAESTRI, M. A **Linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARDOSO, C. F. S. **Ensaio Racionalistas**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (ed.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARR, D. La Narrativa y el Mundo Real: Un Argumento en Favor de la Continuidad. **Historias**, XIV, p. 15-27, 1986.

DUPRONT, A. Sémantique Historique et Histoire. **Cahiers de Lexicologie**, I/II, p. 15-35, 1969.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

HARMENING, D. **Superstitio**. Überlieferungs - und theoriegeschichtliche Untersuchungen zur kirchlich-theologischen Aberglaubensliteratur des Mittelalters. Berlim: 1979.

HEN, Y. **Culture & Religion in Merovingian Gaul, AD 481-751**. Leiden-Nova York-Köln: E. J. Brill, 1995.

KABATEK, J. (ed.). ¿Como investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, D.; KABATEK, J. (ed.). **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica**. Description grammatical – pragmática histórica – metodología. Frankfurt am Main-Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2001, p. 97-132.

KORSCH, K. **Marxismo e Filosofia**. Porto: Afrontamento, 1977.

LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença, 1946.

LYOTARD, J. F.. **The Post-Modern Condition**. Manchester: Manchester University Press, 1984.

McKENNA, S. **Paganism and Pagan Survivals in Spain up to the Fall of the Visigothic Kingdom**. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 1938.

McNALLY, D. Língua, história e luta de classe. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J.B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 33-49.

NASCIMENTO, A. A. **Instrução Pastoral sobre Superstições Populares**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

PONZIO, A. **Producción lingüística e ideología social**. Madri: Alberto Corazón, 1974.

PROVOST-CHAUVEAU, G. Problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. **Langue Française**, 1971, p. 1-32.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp, 1981.

VIVES, J. (ed.). **Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos**. Barcelona-Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.

*Recebido em 18 de janeiro de 2011.*

*Aceito em 10 de fevereiro de 2011.*